

MODO DE VIVER RIBEIRINHO NA ILHA DO COMBU EM BELÉM-

PARÁ: organização sócio-produtiva

Sônia Socorro Miranda Batista
Secretaria Executiva de Educação do Estado do Pará
sonia_batista63@hotmail.com

Flávia Ferreira Gomes
Secretaria Executiva de Educação do Estado do Pará
flaviaferreira31@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Na configuração do espaço amazônico há a uma amplitude da questão urbana que não deve ser negligenciada: a intersecção complexa entre o rural e o urbano, entre a cidade que controla a produção material e, conseqüentemente, superpõe-se e o rural derivado com suas lógicas subordinadas, subjetividades, temporalidades (SANTOS;1994;CARNEIRO,1998). Essa dualidade enseja na Amazônia um desafio às ciências sociais, pois está para além da distinção entre categorias operatórias, mas ao contrário deve incorporar análises e dinâmicas para entender a realidade. No estado do Pará é possível, nas grandes e médias cidades, o encontro dessas duas expressões, conseqüentemente, ao mesmo tempo em que se detectam extensões da ruralidade no espaço urbano, este também, sofre inevitavelmente, conforme nos alerta Carneiro (1998) a constituição de,

“novas formas de sociabilidade e de relações sociais sustentadas numa complexa rede de atores sociais que não pode mais ser compreendida pura e simplesmente como um processo de urbanização que se encaminharia na direção da homogeneização espacial e social entre o campo e a cidade”.

Sucintamente, podemos dizer que são forjados lugares de intercomunicação, nem sempre suscetível e privilegiada, mas sobremaneira perseguida pela coexistência de populações de base tradicionais nas ilhas que circundam Belém capital do estado do Pará. É indiscutível reconhecer a importância das populações tradicionais, ensejadas nas ilhas, posto

que, cumprem sua função social, econômica, cultural, simbólica e ambiental, intrinsecamente, vinculada aos recursos naturais.

Assim, Belém, foi se constituindo, como a principal referência a estas populações. Porém, um aporte a ressaltar é que esta dinâmica de relações não foi acompanhada pela implementação de políticas ambientais urbanas, em especial, do âmbito municipal, as quais deveriam imprimir o papel indutor de desenvolvimento do Estado, através de suas organizações e instituições. Isto porque segundo Lefebvre (1999) o território é objetivado por relações sociais, de poder e dominação. Nesta linha Haesbaert (2012) destaca a contribuição de Claude Raffestin ao ampliar o conceito de poder, numa alusão foucaniana, incorpora a noção de que o território é um espaço socialmente apropriado, produzido e dotado de significado, assim, podemos dizer que a existência urbana se confunde com a existência política, nas ilhas está dinâmica assume um lugar privilegiado e fértil para debates a luz das ciências sociais.

A cidade de Belém está localizada a margem direita do rio Amazonas na foz do tipo estuário. O sítio urbano está coberto por extensa rede de cursos d'água devido à localização na confluência da baía do Guajará com a foz do rio Guamá, verificando-se a presença de igarapés, várzeas e terra firme, sendo a área marcada por um corolário composto de um grande número de ilhas, de fato trata-se de uma insularidade, constituída de aproximadamente 39 ilhasⁱ.

A principal característica da capital do estado é o crescimento a partir da orla fluvial. Se por um lado, essas características geográficas têm papel fundamental na constituição de identidade dos ribeirinhos, os quais atribuem ao rio o valor de bem patrimonial. Por outro, este fato pode representar o agravamento dos conflitos sócio-espaciais e crises de representação que são engendrados no contexto de crescimento e da periferização da cidade, configurando-se as expressões sociais, econômicas e políticas das múltiplas contradições que na metrópole agudizam (HARVEY, 1993; HAESBERT, 2012; DAVIS, 2006). Especificamente, com a população das ilhas ocorre o agravamento dos problemas, posto que a forma de organização sócio-produtiva dessa população é construída com base no trabalho extrativista, portanto na apropriação dos elementos naturais. Em certa medida, pode ocorrer o comprometimento das formas de organização tradicionais e simbólicas da relação com a natureza, afetadas pela dinâmica imposta pela interação econômica, determinada pela subserviência em relação à capital.

A desigual distribuição dos equipamentos sociais de que trata Lojkin (1997) nas cidades se agudiza nas localidades das ilhas, apesar da proximidade com a capital, o que provoca algumas dificuldades à população, principalmente, na garantia de direitos de cidadania: saúde, educação, assistência, saneamento básico, habitação, segurança, trabalho, transporte, política agrícola, lazer e energia, sua subtração compromete de fato o desenvolvimento com inclusão social.

Constituindo os arredores a ilha do Combu faz parte desse arquipélago, ocupada por diversos sujeitos que realizavam atividades de produção. Os ribeirinhos belemenses situados nessa ilha convivem com um *modus vivendis* que agrega elementos de populações características, numa imbricada relação com a modernidade da metrópole, evidenciada na busca de um modo de viver instrumentado pela resistência do saber popular conservado nas vivências que reatualizam relações de trabalho e formas de produção. As populações ribeirinhas enquanto categoria designativa favorece a identificação de elementos definitórios como: modo de vida, aproveitamento e exploração de recursos naturais, ocupação e apropriação do território, identidade cultural e simbólica, crenças e valores.

A abordagem qualitativa norteou esta pesquisa, tendo a etnografia como base para a aplicação das questões e os pressupostos fenomenológicos como forma de categorizar os eixos norteadores voltados à cultura, à população ribeirinha, à resistência do saber popular, e ao desenvolvimento econômico, político e social.

Nesse sentido, o presente artigo relacionará quais as principais características da organização sócio-produtiva dos combuenses numa perspectiva de inserção no peculiar tempo amazônico.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ILHA DO COMBU

Não é surpreendente que a maioria das narrativas dos historiadores ao tratar sobre a Amazônia, em especial, sobre as formas de organização produtiva e social nos remeta ao “impressionante crescimento” obtido no século XIX e seus desdobramentos. Na busca por antecedentes podemos afirmar que o “ciclo agrícola”, (SANTOS, 1980; PRADO, 1994) ainda em seus primórdios, no século XVIII, dava sinais de sua dependência às oscilações do mercado externo e as dificuldades de armazenamento. Era ainda, diretamente afetado pela

carência e irregularidade dos transportes marítimos responsáveis pelo escoamento da produção (cacau, café, algodão, cana-de-açúcar, etc..) incipiente para atender o mercado.

Outros fatores como a mão-de-obra indígena intolerante aos rigores da labuta diária e quase ininterrupta. Impositiva e alijada de sentido (gerando resistências, fugas e deserções) a não ser para os colonizadores, associada à primazia do sistema maranhense de produção cacauera e algodoeira beneficiado com a demanda produzida pela revolução industrial inglesa e pela guerra da independência dos Estados. Trata-se apenas de algumas explicações sobre a fragilidade do sistema produtivo amazônico caracterizado por tecnologias conservadoras, isto

[...] é verdade que se tratava de uma economia ainda muito dependente dos acasos do mercado, principalmente, do mercado de cacau. Há fortes indícios, também, de que ela não se achava tecnicamente preparada, sequer para acompanhar com consequência as provocações do próprio mercado. De fato, tudo parece indicar que sua atividade principal é a extrativa (SANTOS, 1980:23).

Portanto, pela conjunção de fatores técnicos e econômicos, a região se manteve refém da relativa superioridade do vizinho, porém, podemos inferir que este cenário estava prestes a mudar, evitando a prostração do sistema amazônico por um período. A partir do incremento da vulcanização da borracha, a expansão gomífera não apenas passou a substituir o cacau como produto primário-exportador regional, mas tornou-se o *staple* da Amazônia inaugurando o propalado “apogeu da borracha” com seu período de opulência e decadência, lançou as bases históricas e econômicas que marcariam a acumulação primitiva na Amazônia e conseqüentemente, a formação da cidade de Belém, com rebatimento direto sobre as ilhas que formam o arquipélago, em especial, a Ilha do Combu, lócus privilegiado deste trabalho.

Tudo faz crer que a Acumulação Primitiva que se realizou sobre as vastas colônias dominadas pelas nações imperialistas foi direcionada no sentido de reforçar a exportação de matérias-primas necessárias à acumulação de capital. A disposição anterior numa perspectiva marxista, diz que o vetor fundamental para o desenvolvimento do capitalismo foi, portanto a Acumulação Primitiva e o sistema colonial subjacente marcado por conflitos e contradições.

Compreender a sociedade implica necessariamente no estudo de suas dinâmicas produtivas no espaço privilegiado. Principalmente, em si tratando de Belém, que se constituiu com uma economia primária, onde impera e é igualmente determinante a relação dependente, complementar e intrínseca entre homem, natureza, organização social dos grupos humanos,

suas mediações, subjetividade, cotidiano e trocas simbólicas evidenciando o etnoconhecimento das populações tradicionais (CASTRO, 1997; SANTOS, 1980).

Tomemos como exemplo a ilha do Combu. Distante 1,5 km da cidade de Belém com aproximadamente 95% da superfície coberta por mata de várzea do tipo secundária. Integra a partir de 1996, o município de Belém, com a divisão do território em Distrito, ao Distrito de Outeiro-DAOUT, de acordo com a lei nº 7.682 de 05 de janeiro de 1994. Atualmente, é também, instituída como uma Área de Proteção Ambiental (APA), por meio da lei nº 6.083, de 13 de novembro de 1997, com a finalidade de promover a proteção e a utilização racional dos recursos naturais, e, especialmente, para conter a derrubada de açaizeiros para extração de palmito. Passou a fazer parte da constituição do “Parque Ecológico do Município de Belém” (PEMB) voltado a garantir espaços ambientais e recursos naturais que possibilitem melhores condições de vida na cidade de Belém.

O modo de viver das populações ribeirinhas da Amazônia é determinado pelas relações estabelecidas com a natureza que permite a construção de estratégias de produção. Preponderantemente, atividades extrativistas, pescas artesanais e criação de animais domésticos, tais como: aves; coleta de frutos e sementes e plantio de espécies nativas. Portanto, sua vida e seu trabalho são indissociáveis da terra e dos bens da natureza. E vem sofrendo alterações de acordo com as transformações ocorridas nas áreas urbanas.

Esta pluralidade de alterações, no modo de vida dos ribeirinhos, seus valores e sua identidade cultural, aponta alterações. Uma dessas alterações advém das relações comerciais nas feiras livres da cidade de Belém com prevalência de acordos informais. Estes acordos têm como base a organização, os vínculos familiares e a diversificação da oferta de produtos para atender ao mercado e, as necessidades básicas da sua população. A conjunção destes usos e da relação estabelecida entre homem e natureza provém à particularidade que reveste seu cotidiano. Logo, os ribeirinhos, na tentativa de preservar as formas tradicionais de organização e produção particulares são forçados a adequar-se aos ditames do contexto urbano, considerando os padrões de consumo.

Arenz (2000) entende que as populações “tradicionais” amazônicas (índios, ribeirinhos) não foram consideradas “co-protagonistas” nas transformações provocadas pela ocupação da Amazônia, desde o período 1960, pois foram afastadas, servindo, apenas, como mão-de-obra informal, flexível e disponível, se necessário.

Com a implantação dos grandes projetos na Amazônia, especialmente no Pará, no final dos anos de 1970 e início da década de 1980, os ribeirinhos foram afetados diretamente, nas formas de produção, consubstanciadas por uma temporalidade particular, construída nas relações com a natureza, uma vez que estas foram consideradas obstáculos nas agendas de desenvolvimento, por não se adequarem ao modelo preconizado para o crescimento econômico, segundo o qual o modo de vida era visto como “atrasado”, de índole contrária ao desenvolvimento baseado na visão urbano-cêntrica.

Essa visão urbano-cêntrica ao invadir o espaço rural, identificou-o como espaço de expansão do capital; expulsou os nativos de várias categorias (ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, etc...) usando um processo, por vezes, mediado pelo Estado que desejava a modernização de seus parques e o crescimento econômico de seus territórios, mas não contou com a resistência da população ribeirinha.

Corrêa (*apud* SILVA, 2005) explica que a população ribeirinha pode ser entendida como uma categoria que permaneceu às margens dos rios, afetada pela negligência das políticas públicas, à revelia da expansão de projetos agropolíticos e de debates nacionais ou internacionais sobre o seu habitatⁱⁱ. Diferentes matrizes de racionalidade e de cultura desenvolveram-se no entorno dos rios, inclusive a tentativa de constituição de um poder ancorado na dominação colonial, a qual resultou num processo de construção de condições para além do que os dominadores queriam, significando o envolvimento desses em vários conflitos relativos ao processo de disputa dos recursos naturais.

Assim, o referido projeto de desenvolvimento acima citado não leva em conta a construção de um projeto social para as áreas ribeirinhas, nem em consideração o morador local, como sujeito dos povoados situados às margens dos rios, igarapés e lagos do interior deste estado. Submete-o às condições de exploração do meio rural que ainda mantém a expressão tradicional decorrente de sua história, espaço e temporalidade. Talvez pudéssemos encontrar então, o *homos eroticus*ⁱⁱⁱ profetizado por Mafessoli, no seu sentido de significado, de sentido das coisas e objetos, mas essencialmente por sua relação com o outro.

Neste sentido, a lógica natural de organização produtiva das populações ribeirinhas na Amazônia foi desde o início da colonização até os dias atuais, atravessada pelos ditames do capitalismo, conseqüentemente, aprofundando as desigualdades sócioespaciais, mas também, as formas tradicionais de produção e organização social, marcadas por uma subjetividade,

muito particular, circunscrita sob os signos da natureza formando o modo de viver ribeirinho na ilha do Combu.

3 MODO DE VIVER RIBEIRINHO NA ILHA: organização social

Nessa ilha, os ribeirinhos convivem com um *modus vivendis* que agrega elementos de populações características, numa imbricada relação com a modernidade da metrópole, evidenciada na busca de um modo de viver instrumentado pela resistência do saber tradicional conservado e legitimado por seus habitantes.

A organização sócio-produtiva extrativa tendo como substrato a Ilha do Combu focando a realidade e as particularidades produzidas por um grupo de moradores da comunidade Beira-do-rio compõem a proposta desse trabalho. Trata-se de uma tentativa de compreensão acerca dos ribeirinhos que guardam uma estreita relação de subordinação política e econômica ditada pelas incidências provocadas pelas transformações societárias. Isto decorre (CASTRO,2004;SANTOS,2005) seja pela exacerbação da ineficiência econômica dos segmentos tradicionais, ou, ainda, seja pela tentativa de desativação de espaço econômico tradicional característico das pequenas unidades de produção familiar, ora substituído por outra organização espacial, conseqüente ao padrão de consumo, ora reatualizado através de formas de produção tradicionais praticadas no cotidiano de forma dialética, abrigando uma importante reflexão sobre a questão urbana e ambiental das formas tradicionais reatualizadas de sobrevivência e identidade.

Assim, os “sujeitos comuns”, entendem a história social da Amazônia através, não só dos ciclos econômicos, mas das vivências da população. Desta forma, ao considerar a história de vida das pessoas comuns sobre seu passado, tenta-se construir uma história social baseada no modo de vida cotidiano, logo, há a presunção de que constroem um desenvolvimento estruturante, basilar e cuja complexidade enseja em si a redefinição de lugares, de identidades, de relações e dinâmicas organizativas e sociais mediatizadas pela natureza. Conseqüentemente, tornaram-se profundamente ligados a esses lugares e as formas especiais de vida coletiva por eles proporcionada.

Os ribeirinhos como a pesquisa demonstrou não negligenciam o hiato existente entre a pressão econômica proveniente dos intercâmbios comerciais realizados nos portos da cidade e a preservação das formas tradicionais de viver regidas por tempos próprios, cuja

legitimidade está associada ao caráter geracional, aos vínculos de pertencimento familiar e as representações que fazem de si neste espaço.

Dentre estas formas de viver destacamos a organização produtiva baseada na pequena propriedade familiar com a diversificação de várias culturas. Sustentada pelo uso de instrumentos simples (peconha,terçado,paneiro,matapi,etc...) envoltos por uma racionalidade produtiva que valoriza não a “acumulação”, mas sobretudo, respeita a capacidade de trabalho da unidade familiar, considerando seus limites, suas crenças, valores e acima de tudo a subjetividade que privilegia vínculos identitários, de pertencimento, demonstrando sua capacidade de resiliência, movimento contrário a lógica capitalista. Consequentemente, esse modelo de organização produtiva tende a apresentar menos impactos sociais e sobre os ecossistemas. Este movimento pode ser entendido a luz do conceito de “*habitus*” de Pierre Bourdieu (2009).

Na argumentação de Bourdieu (2009) reconhece a sua ação histórica e de classe, desse modo, através do conceito de “*habitus*” é possível identificar a percepção dos ribeirinhos. Quer dizer as representações que os sujeitos produzem contribuem para entender que existem as propriedades objetivas (espaço,território,língua, religião...) e as propriedades subjetivas (sentimento de pertença) que ao serem combinadas formam um sistema complexo (VIDAL, 2006).

Esta complexidade pode indicar uma transposição dos limites políticos e administrativos através de atividades econômicas e de vias e meios de circulação pelos rios de fixos, ou seja, os objetos comercializados com a metrópole e a comunicação, ou fluxos (ações) necessárias a materialidade do espaço cotidiano que nas palavras de Santos (1994) inclui e produz a multiplicidade infinita de suas perspectivas, portanto relacional e emprestando as palavras de Marx complexa por utilizar a primeira e a segunda natureza. A dinâmica da economia extrativa vegetal realiza-se através das estreitas relações entre as produções nitidamente comerciais e as produções prevalentemente de subsistência.

4 ORGANIZAÇÃO SÓCIO-PRODUTIVA DA POPULAÇÃO RIBEIRINHA NA ILHA DO COMBU

Como discriminado anteriormente os desdobramentos do apogeu da economia da borracha tem incidência, até hoje, sobre a economia local, pois esse processo esteve vinculado e subordinado ao desenvolvimento regional e nacional. Evidencia também, que o processo

histórico de ocupação e desenvolvimento do Pará no século XX sempre esteve determinado por fatores extra-regionais, pelo capital mercantil, impulsionados pela demanda externa em busca dos recursos naturais locais. Como não poderia deixar de ser as implicações recaem diretamente sobre a cidade de Belém, metrópole atravessada por uma economia dependente, desigual e subalterna, onde as condições concretas, as estruturas e os atores têm suas possibilidades efetivas postas em disputas. Nas cidades, diretamente, vinculadas a inserção do país a nova divisão internacional do trabalho, a qual lançou as bases de reconfiguração de um acelerado processo de urbanização multidimensional, ambivalente e contraditório (CHESNAIS, 1996; LOJKINE, 1997). Esta urbanização foi regida por uma lógica econômica e um padrão societário subserviente ao capital.

A cidade é o lugar que conforma as adaptações decorrentes destas transformações, cria-se em virtude da diversidade de atividades e atores várias concepções de mundo, conflitando ideias e interesses, muitas vezes negligenciando formas de produção preexistente. Para SANTOS, 2008, p.287,

[...] tais adaptações ao moderno representam lógicas distantes, que incidem sobre subáreas privilegiadas mediante uma evolução que se realiza com a recusa a uma vocação própria e a um destino produzido de dentro do organismo urbano.

No contexto da realidade do estado do Pará coexistem e se antagonizam atividades rudimentares praticadas por populações ribeirinhas entrelaçadas pela racionalidade capitalista. Isto se evidencia por ainda persistir o trabalho extrativista em muitas localidades da região, inclusive, em Belém, em especial na Ilha do Combu, onde preserva características bastante singulares que são fortalecidas pelos aspectos sociais, culturais e ambientais. Essa forma de trabalho, tem o sentido de garantir meios de sobrevivência dos ribeirinhos e de suas famílias, pois muitos espaços na região não dispõem de alternativas que possibilitem uma dinâmica econômica voltada para o amadurecimento da comercialização dos produtos tradicionais oriundos das trajetórias constituintes locais.

Neste sentido, a lógica natural de organização social e produtiva das populações ribeirinhas foi desde o início da colonização até os dias atuais, engendrada pelos ditames do capitalismo, isto incidiu sobre as relações de produção, conseqüentemente, afetando-as na apropriação do território e no uso dos recursos naturais. Cotidianamente, as formas de produção extrativista evidenciadas pelos ribeirinhos têm na conjunção das condições

históricas, somado e em parte regulado pela sua própria trajetória de vida, sua base de constituição.

Os moradores da ilha, além da atividade do extrativismo, exercitam outras, como: a pesca, num determinismo de espaço-tempo em que as relações são baseadas em condicionantes sociais, econômicos e simbólicos mutuamente inerentes, que consolidam e modificam tais relações, identificando-os como pescadores artesanais.

Neste sentido, o trabalho do ribeirinho se processa com técnicas rudimentares, marcado assim, por dispêndio de esforços e atividades com características precárias. Traduzido por uma dimensão histórica originária da formação colonial, que não são apenas próprias do trabalho, mas dos modos de vida e de reprodução social. Dessa forma, não somente o uso contínuo de instrumento rudimentar apresenta precariedade, como também a ausência de infraestrutura mínima necessária, como: água potável, saneamento básico, postos de saúde e escolas, obrigando permanentemente a recorrência aos serviços básicos na capital, repercutindo na vida e no modo de ser, pois trabalho e vida são indissociáveis.

Como outras formas de trabalho realizadas na ilha podem ser citadas a coleta de frutos e a agricultura de subsistência, sobretudo a plantação de espécies tropicais em pequenos terrenos herdados de seus antepassados. Além disso, a coleta de sementes, basicamente, da palmeira do açaí, explorado economicamente pelos moradores, para sua sobrevivência, servindo como alimento e como mercadoria disponibilizada para venda nas feiras livres da cidade de Belém, especialmente, nos portos localizados ao longo da Estrada Nova, como o Porto da Palha, no bairro da Condor, região que concentra intenso fluxo portuário.

Ao mesmo tempo em que a venda de produtos extraídos da ilha garantem a sua sobrevivência, contribui para o abastecimento, com seus respectivos produtos, das feiras-livres, com as quais mantém relações constantes. Nesse ir e vir há uma lógica peculiar, oriunda da própria relação com a feira, o que demonstra como, no cotidiano, os moradores do Combu estão inseridos em um amplo e complexo sistema de relação econômica e cultural. A ilha abastece Belém, tal como e concomitantemente, é abastecida por esta cidade.

“O esforço do trabalho é organizado em função da acessibilidade dos recursos” (CASTRO, 2004). Assim, a forma de produção destinada à sobrevivência de homens e mulheres moradores visa, essencialmente, garantir sua subsistência, através de atividades extrativas, destacando-se a caça, a pesca, a atividade agrícola, através da criação de pato, de galinha e de porcos. Contudo, transformações decorrentes da utilização de trabalho atingem

os recursos naturais, tanto nas margens dos igarapés quanto nas áreas mais internas. O trabalho, associado às condições ambientais, expressa valores e representações para a existência humana, resultando na produção de uma forma de viver que, nos espaços onde habitam as populações ribeirinhas, constitui modo de singularidade cultural, ou, como apontam alguns autores (M.SANTOS,2005;GEERTZ,1989), estabelece pela cultura, a ação do homem para transformar a natureza e, em consequência, adquirir bens materiais que possibilitam ou garantem sua sobrevivência.

Por causa das transformações ocorridas nas últimas décadas, os moradores da ilha tiveram que buscar outras formas de sobrevivência, nas falas significativas os pesquisados disseram que não trabalham em Belém, não têm horário fixo e executam suas atividades no local de moradia. Ou seja, o trabalho, para os moradores que habitam a ilha, apresenta indícios de contraposição à visão essencialmente econômica impressa pelo capital, uma vez que a dedicação às atividades extrativistas reúne elementos técnicos e de gestão; construindo valores simbólicos e representativos, que se perpetuam de acordo com os valores culturais.

A organização produtiva é compreendida na ilha como mediação entre homem-natureza no contexto amazônico e tem alcance significativo para o homem ribeirinho, na medida em que os saberes se tornam particulares de cada grupo de atores sociais que convivem no espaço-tempo próprio que existe por força dessa forma de trabalho.

Com esse estudo também se constatou que a preservação das dinâmicas produtivas imprime e revela resistência, tentando sobrepor-se às relações capitalistas reproduzidas no espaço-tempo dos moradores da ilha que convivem com esta forte pressão de uma relativa autonomia, pois coexistem formas tradicionais em meio à lógica produtiva do capital.

Nas sociedades ditas “ribeirinhas”, no seio da pequena produção agro-extrativista, o trabalho é representado por um caráter único, ou seja, para manter as relações de troca, na referida ilha, se desenvolvem as atividades de criação de animais, que são comercializados nos portos.

Diante da recente crise do regime de acumulação, é evidente a necessidade de discutir a emergência de novos processos de trabalho, sem negligenciar a reprodução de saberes das populações ribeirinhas sobre o uso dos recursos naturais e exploração comercial. O avanço do capital nos espaços visando à acumulação de riquezas na Amazônia passa por um intenso processo de mudanças em decorrência da ação especulativa voltada a produção de excedente. Ao se apropriar dos recursos naturais para fins de transformação na indústria visando atender

as novas perspectivas de consumo, o capital destrói ecossistemas e formas de viver tradicionais.

Portanto, o modo de viver da população ribeirinha é determinado pelas relações estabelecidas com a natureza, permitindo a construção de saberes e práticas que se internalizam em seu modo de viver, imprimindo características próprias a cada um desses lugares (CASTRO, 2004).

CONCLUSÕES APROXIMADAS

A produção ribeirinha não se restringe apenas a subsistência, mas constitui um apêndice da economia local, através da distribuição dos produtos tradicionais nos portos localizados em toda a extensão da orla. Considerando que o território dos ribeirinhos é apropriado e construído socialmente, resultado e condição de processos múltiplos; é produto do processo de apropriação e domínio social, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder. Tomadas estas características, desse modo, ainda assim, são tratados como “invisíveis”, inexistentes para as políticas governamentais e para os setores produtivos, que impõem seus interesses, sem levar em consideração os anseios e as necessidades desses atores anteriores às formas atuais de ocupação e exploração da região – os ribeirinhos. No âmbito rural, a ilha é entrecortada pelas vicissitudes do contexto urbano, que imprime e molda de forma exógena, novos modos de vida e trabalho. Logo, afeta as características ribeirinhas que constitui traços de originalidade, tanto da acumulação de experiências sociais, quanto da sua temporalidade.

Portanto, os ribeirinhos tentam preservar seus sistemas tradicionais de uso, apesar da desestruturação provocada pelo capital, como ocorreu e ocorre em várias regiões brasileiras. Além disso, o mundo do ribeirinho também se expande pelo espaço urbano. Assim, a alteração dos antigos padrões culturais e sua substituição por novas estratégias de sobrevivência social não é realizada, espontaneamente pelos grupos, mas, ao contrário, resulta de uma imposição mediada pelo Estado, no âmbito municipal, e pelo capital, quando o primeiro deveria atuar como ente indutor do desenvolvimento.

A organização sócio-produtiva dos ribeirinhos depende da apropriação e domínio de técnicas que resistem ao tempo e, no espaço, reproduzem saberes tradicionais, pois, cada vez mais há confronto com diferentes formas de organização, a partir da interação com a dinâmica

urbana da capital e, finalmente, estes moradores afirmam sua singularidade no cotidiano por meio do trabalho extrativista.

As relações de trabalho na Ilha do Combu são compreendidas pela mediação entre homem-natureza no contexto amazônico alcançando significância para o homem ribeirinho na medida em que os saberes se tornam particulares de cada grupo de atores sociais que convivem nesse espaço, e dele extraem os elementos necessários à existência por meio do trabalho. Além disso, essas relações também se caracterizam pela valorização do coletivo, pela solidariedade, destacando os mutirões para capinação das áreas destinadas à plantação de roçados e na atividade de fabricação da farinha, quando a casa de forno é compartilhada entre as famílias.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: (org.) A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A. p. 27-55. 2001.
- ARENZ, Karl Heinz. **Filhos e Filhas do Beiradão**: A formação sócio-histórica dos ribeirinhos da Amazônia. Santarém: Ed.Tiagão, FIT, 2000.
- BOURIDIEU, Pierre. O poder simbólico: tradução Fernando Tomaz(português de Portugal). 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 10.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 11, 1998.
- CASTRO, Edna. O trabalho nas comunidades ribeirinhas da Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 2004.
- CHENAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã,1996.
- DAVIS, Mike. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTDA, 1989.
- HARVEY,David. A Condição Pós-Moderna.São Paulo.Ed. Loyola,1993.
- LEFEBVRE, Henri. A Cidade do Capital. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LOJKINE, Jean. O Estado capitalista e a questão urbana. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- PRADO JUNIÓR, Caio.História Econômica do Brasil.São Paulo:Brasiliense,1994.
- SAQUET, Marcos Aurelio. Texto relativo ao estágio de pós-doutorado efetivado em 2006, no Politécnico e Università di Torino, com o prof. Dr. Giuseppe Dematteis e com financiamento da CAPES. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.
- PONT VIDAL, J. A realidade social é externa ao indivíduo? Uma aproximação à pesquisa qualitativa. Belém: NAEA/UFPA, nov. 2006. (Paper do NAEA, 203)
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil, Território e Sociedade no início do século XXI. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.
- _____. Por uma Economia Política da Cidade. São Paulo: HUCITEC,1994.
- SANTOS,Roberto Araujo de Oliveira.História Econômica da Amazônia: 1800-1920, São Paulo:Ed. Queiroz,1980.

SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da *et al.* Faces ribeirinhas da orla fluvial de Belém: espaços de (sobre) vivência na diferença. *In: Belém: a cidade e o rio na Amazônia: EDUFPA, 2005.*

ⁱ Catalogadas oficialmente pela Companhia de Desenvolvimento Municipal de Belém (CODEM), correspondendo a 65,64% da área total, enquanto a área continental, cortada por furos e igarapés, é composta por 13 bacias hidrográficas.

ⁱⁱ Neste habita a população que foi sendo constituída, de homens, mulheres, jovens e crianças que nasceram, viveram e se criaram à beira dos rios, denominados de “beiradeiros”, também chamados de caboclos.

ⁱⁱⁱ Leia mais sobre esse assunto em <http://oglobo.globo.com/cultura/livros/michel-maffesoli-tripe-pos-moderno-criacao-razaosensivel-progressividade-14496249#ixzz3L3Y828zc>